

Demanda de bens de consumo durável no período 1968/73: uma nota sobre o papel dos preços *

CARLOS ROBERTO AZZONI **

JOSÉ PAULO Z. CHAHAD **

LUIZ MARTINS LOPES **

I — Introdução

A experiência recente de expansão da economia brasileira, compreendendo o período de 1967/68 até os primeiros anos desta década, caracteriza o segundo maior ciclo de crescimento posterior à II Guerra e tem sido extensamente analisada e discutida. As discussões apontam muitos aspectos dessa experiência, onde se destacam: o rápido crescimento industrial, a abertura para o exterior e o aumento sem precedentes das exportações, a grande participação do Estado na economia, o papel das reformas institucionais e uma série de outros aspectos.

Uma particularidade bastante enfatizada pelos diversos autores que tratam do problema é a importância do crescimento do setor de bens de consumo durável como fonte de expansão da economia.¹ Esse crescimento pode ser avaliado pela análise da tabela a seguir.

* Esta nota tem sua origem em um trabalho apresentado no Curso de Economia Brasileira, ministrado no IPE/FEA/USP, no 1.º trimestre de 1977, pelo Prof. José Roberto Mendonça de Barros, a quem os autores agradecem a sugestão e o estímulo na sua elaboração.

** Da Universidade de São Paulo.

¹ Entre outros, E. L. Bacha, *Os Mitos de Uma Década: Ensaio de Economia Brasileira* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976); W. Baer, "A Recente Expe-

Conforme se nota, nos dois subperíodos o crescimento da produção de bens de consumo durável foi alto, sendo que, no primeiro, comandou a expansão do setor industrial.

Esse fato tem sido atribuído a uma série de causas. Dentre as mais comuns está o desenvolvimento da facilidade de acesso dos consumidores ao crédito. Outra, também citada, é a concentração de renda, que teria atuado no sentido de proporcionar poder de compra aos demandantes potenciais desse tipo de bens, ou seja, classes de altas rendas.

Ressalvadas as diferenças de análise e de ênfase dada a cada uma dessas causas, os diversos autores que tratam do problema reconhecem sua importância para explicar a expansão da demanda de bens de consumo durável no período. Não se encontrou, entretanto, na literatura corrente, nenhuma consideração a respeito do comportamento dos preços desses bens.

Embora reconheçamos a importância do “efeito crédito” e do “efeito renda” na expansão da demanda no período, pretendemos com esta nota contribuir para o debate, enfocando uma causa que julgamos não ter sido mencionada na literatura, ou seja, a existência de um “efeito preço” naquela expansão. Nosso objetivo é, principalmente, o de apresentar alguns resultados que sugerem a existência desse fenômeno. Isto não obstante ensaiarmos também uma tentativa de explicação da maneira como teria agido.

riência Brasileira de Desenvolvimento: Uma Interpretação”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, n.º 2 (junho de 1973), pp. 265-302; R. Bonelli e P. S. Malan, “Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 6, n.º 2 (agosto de 1976), pp. 353-406; C. Furtado, *Análise do Modelo Brasileiro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972); J. R. Mendonça de Barros e D. H. Graham, “The Brazilian Economic Miracle Revisited: Private and Public Sector Initiative in a Market Economy”, in *Latin America Research Review* (em publicação); e P. Singer, “O Milagre Brasileiro: Causas e Conseqüências”, in *Cadernos Cebrap*, n.º 6 (1975).

TABELA I

Taxas médias anuais de crescimento segundo categorias de uso dos bens — 1966/72

Categorias de Bens	(Em %)	
	1966/69	1969/72
Capital.....	7,5	19,3
Duráveis de Consumo.....	16,2	15,2
Não-Duráveis de Consumo.....	8,4	5,1
Intermediários.....	9,5	12,8
Total.....	9,5	11,1

FONTE: W. Suzigan, R. Bonelli, M. H. T. T. Horta e C. A. Lodder, *Crescimento Industrial no Brasil: Incentivos e Desempenho Recente*, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974), n.º 26.

2 — Comportamento dos preços

A análise do comportamento dos preços desses bens, a partir do início da década de 60, mostra que houve uma queda dos mesmos em relação aos demais preços da economia.

A primeira indicação concreta nesse sentido é encontrada na dissertação de mestrado de Paulo César Milone.² Nesse trabalho, o autor investiga a demanda de bens duráveis, representados pelos automóveis, no período de 1961 a 1969. Sua preocupação principal foi a construção de um índice de preços que levasse em conta as diferenças na qualidade dos diversos tipos de automóveis. Comparando os resultados de seu índice geral de preços da economia (*Conjuntura Económica*, Índice 2), chegou aos resultados apresentados na Tabela 2 e no Gráfico 1, que se seguem.

Como se pode observar, há uma sensível queda nos preços de automóveis com relação aos demais preços da economia a partir de 1965.

² P. C. Milone, "Estudo de Bens Duráveis de Consumo: Estudo da Demanda de Automóveis", Dissertação de Mestrado (FEA/USP, 1973).

TABELA 2

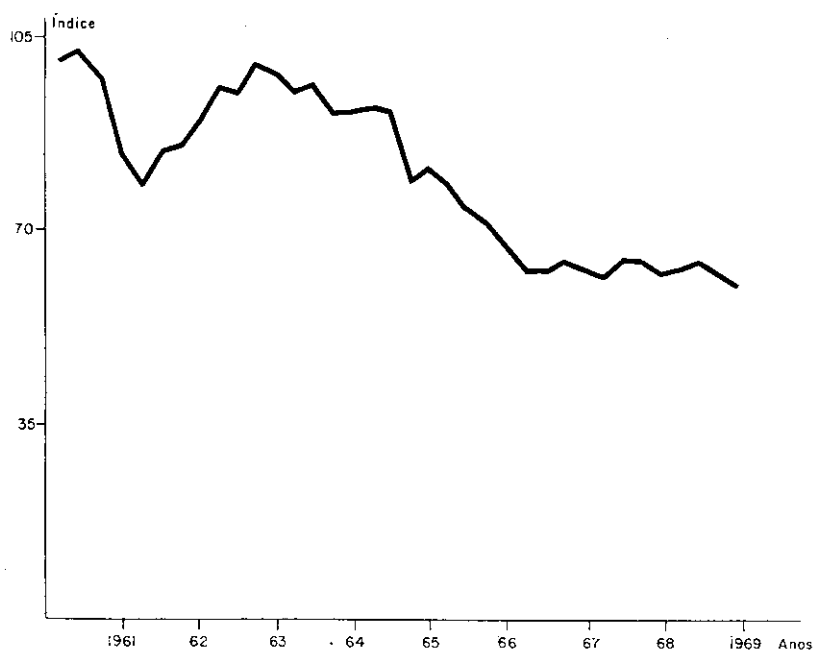
Relação entre preços de automóveis e nível geral de preços

Períodos	Índices de Preços de Automóveis (I)	I/Índice 2 (Conjuntura Económica)
1961	1	100,0
	2	107,9
	3	116,8
	4	137,9
1962	1	153,4
	2	163,1
	3	180,7
	4	204,6
1963	1	249,7
	2	280,7
	3	318,0
	4	371,6
1964	1	466,7
	2	538,7
	3	614,1
	4	708,5
1965	1	821,1
	2	895,7
	3	946,2
	4	994,0
1966	1	1 117,8
	2	1 228,2
	3	1 323,6
	4	1 394,0
1967	1	1 502,5
	2	1 594,4
	3	1 673,1
	4	1 740,8
1968	1	1 855,1
	2	1 973,9
	3	2 076,4
	4	2 183,4
1969	1	2 266,3
	2	2 347,0
	3	2 493,8
	4	2 626,4

FONTE: Milone, *op. cit.*

Gráfico 1

ÍNDICE DE PREÇOS DOS AUTOMÓVEIS COM RELAÇÃO AO
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS



FONTE: Milone - *op. cit.*

Em busca de evidências adicionais, comparamos o índice de preços de bens de consumo durável com o Índice 2 da *Conjuntura Econômica*. Os resultados constam da Tabela 3 e do Gráfico 2, onde se observa um padrão semelhante de queda de relação entre os preços. É interessante notar, além disso, que mesmo quando a comparação é feita com os preços de produtos industriais a relação persiste.

Parece, pois, razoável, à luz desses resultados, supor a existência de um “efeito preço”, além dos dois efeitos anteriormente citados. Se assim, cabe agora levantar algumas hipóteses explicativas das razões e conseqüências desse fato.

TABELA 3

Relação entre preços dos bens duráveis e dos demais preços da economia

	Índice de Preços dos Bens de Consumo Durável (1)	Índice Geral de Preços (2)	Relação entre Índices (3) = (1)/(2)	Índice de Preços dos Produtos Industriais (4)	Relação entre Índices (5) = (1)/(4)
1964	100	46,3	216,9	46,6	214,6
1965	90	71,6	124,5	75,2	119,7
1966	103	99,7	103,3	99,5	103,5
1967	120	128	93,8	125	96,0
1968	167	159	105,0	163	102,5
1969	183	192	95,3	196	93,8
1970	199	230	86,5	229	86,9
1971	244	277	88,1	269	90,7
1972	282	324	87,0	312	90,4
1973	378	373	101,3	358	105,6

FONTES: *Conjuntura Econômica* (Índice 2), vol. 28 (agosto de 1974) e vol. 30, n.º 3 (março de 1976); e Banco Central, *Boletim*, vol. 10, n.º 4 (abril de 1974).

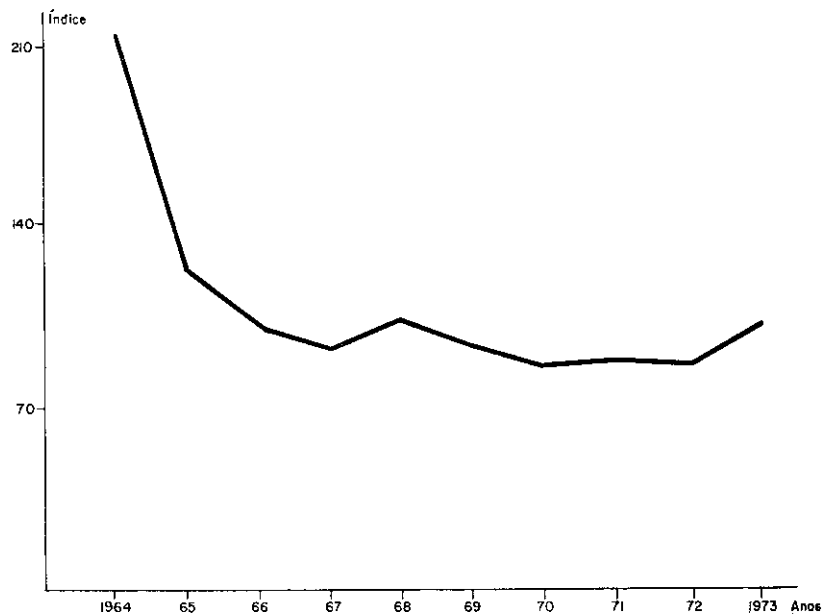
3 — Razões e conseqüências

Dentre as hipóteses explicativas desse fato, pode-se levantar, primeiramente, o problema dos preços administrados. De fato, praticamente coincidindo com a queda dos preços relativos dos bens duráveis, ocorreu um maior controle dos preços industriais, exercido através do CIP. Isso poderia ter levado alguns setores da indústria a promover uma melhoria na sua organização que reduzisse os custos e, portanto, mantivesse os preços aos consumidores.

Entretanto, paralelamente à pressão que teria sido exercida pelo CIP, o aumento da produtividade na indústria de bens de consumo durável aparece como outra hipótese explicativa com amparo na evidência empírica. Considerando-se uma amostra de diferentes ramos

Gráfico 2

ÍNDICE DE PREÇOS DOS BENS DURÁVEIS COM RELAÇÃO AO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS



da Indústria de Transformação, e computando-se para os mesmos os índices de produtividade média da mão-de-obra, através dos índices de produto e de emprego, obtêm-se os resultados constantes da Tabela 4.

Conforme se nota, os ramos Material Plástico, Material de Transporte e Material Elétrico apresentaram aumentos de produtividade, em relação aos aumentos de preços, maiores do que os demais ramos. Dentre os três ramos citados, Material de Transporte e Material Elétrico são produtores de parte dos bens de consumo durável, conforme a classificação da Indústria de Transformação por Usos.³ Portanto, parece razoável levantar a hipótese de que o aumento de

³ MINIPLAN/IPEA, *A Industrialização Brasileira — Diagnóstico e Perspectivas* (Rio de Janeiro, 1969), p. 130.

TABELA 4

Variações da produtividade e dos preços — 1970/73
(Alguns ramos da Indústria de Transformação)

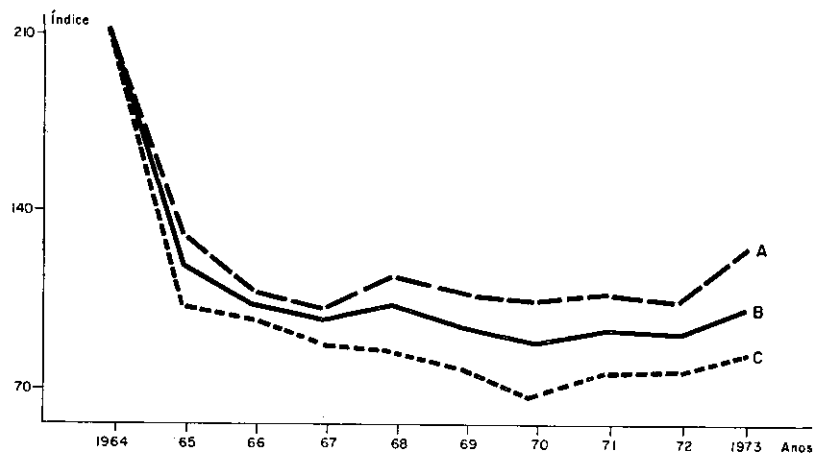
(Em %)

Ramos	Aumento de Produtividade	Aumento de Preços
1 - Minerais Não-Metálicos.....	6,2	16,3
2 - Metalúrgica.....	6,7	14,5
3 - Mecânica.....	8,5	13,8
4 - Material Elétrico e de Comunicações.....	11,2	11,9
5 - Material de Transporte.....	8,4	12,6
6 - Produtos de Matéria Plástica.....	11,8	6,8
7 - Vestuário e Calçados.....	5,7	19,1
8 - Produtos Alimentícios e Bebidas.....	6,5	16,8
9 - Fumo.....	6,2	22,0

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Indústria de Transformação — pesquisa mensal, IBGE; e Índices de *Conjuntura Económica* — FGV.

Gráfico 3

ÍNDICE DE PREÇOS DOS BENS DURÁVEIS COM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE PREÇOS DOS BENS INDUSTRIAIS



A — Índice de preços dos bens eletrônico-domésticos com relação a preços industriais.
B — Índice de preços dos bens duráveis com relação a preços industriais.
C — Índice de preços dos bens eletrodomésticos com relação a preços industriais.

produtividade tenha sido, em parte, o motivo da manutenção em baixos níveis dos preços relativos dos bens de consumo durável até 1973.

Embora não se disponha de evidências, é interessante notar que a atuação do CIP e os aumentos de produtividade podem ter agido de forma complementar, na medida em que o CIP teria “forçado” as indústrias a transferirem parte dos seus ganhos de produtividade aos consumidores.

No caso dos automóveis, que representam grande parte do ramo de Material de Transporte, é interessante observar, ainda, o comportamento da frota de carros em cada ano, desde 1961. No total de automóveis de todos os tipos nota-se, em cada ano, um aumento muito grande da frota de carros novos. Esse aumento, computado em valor real,⁴ ocorre ao mesmo tempo em que há alteração dos preços relativos desses bens (Gráfico 4 em confronto com o Gráfico 1).

Nesse caso, outras hipóteses explicativas podem ser levantadas. De fato, o grande aumento da frota anual de carros novos, dados os preços relativos desses bens vigentes na época, teria sido, em primeiro lugar, resultado de um aumento da utilização da capacidade ociosa acumulada desde o início dos anos 60, a exemplo do ocorrido com a Indústria de Transformação como um todo.⁵ Em segundo lugar, teria sido resultado de ganhos de escala devidos a uma posterior ampliação da capacidade de produção. Desse modo, tanto a escala como a utilização estariam incluídas entre as hipóteses explicativas da manutenção dos preços relativos desses bens em baixos níveis até 1973. Além disso, ambas suportariam a hipótese de aumento da produtividade da mão-de-obra que teria ocorrido no período.

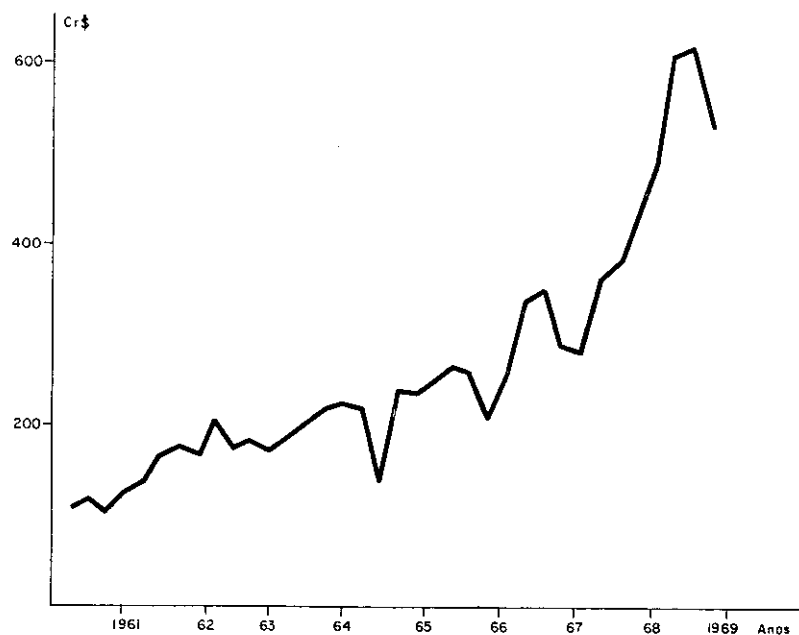
Quanto às conseqüências, é importante observar que a existência desse “efeito preço” complementa os outros efeitos citados. Mais pre-

⁴ Esses resultados devem ser complementados com dados das unidades produzidas. Isso permitirá verificar mais precisamente o nível agregado da frota de carros de todos os tipos, pois o índice de valor real não inclui as mudanças na composição dos mesmos.

⁵ Para a capacidade ociosa, ver Suzigan *et alii*, *op. cit.*, p. 129.

Gráfico 4

FROTA DE CARROS NOVOS (Cr\$ 100.000,00 – VALOR REAL)

FONTE : Milone, *op. cit.*

cisamente, reforça o argumento desenvolvido por Wells,⁶ segundo o qual a utilização desse tipo de bens não teria sido desfrutada por uma minoria, mas sim que teria ocorrido uma difusão da propriedade de bens duráveis entre todas as classes de renda (o mesmo argumento é compartilhado por Fishlow).⁷

A queda relativa no preço dos bens de consumo durável, associada à expansão do crédito ao consumidor, teria facilitado o acesso a esses bens a largas camadas da população urbana brasileira. Isso

⁶ J. R. Wells, "Subconsumo, Tamanho de Mercado e Padrões de Gastos Familiares no Brasil", in *Estudos Cebrap*, n.º 17 (1976).

⁷ A. Fishlow, "Algumas Reflexões sobre a Política Econômica após 1964", in *Estudos Cebrap*, n.º 7 (1974).

viria como uma explicação adicional para o fato de haver, em 1972, famílias de todas as classes de renda possuindo esse tipo de bens.⁸

4 — Conclusão

À luz dos resultados apresentados, parece razoável incorporar o “efeito preço” às análises do papel dos bens de consumo durável na expansão apresentada pela economia brasileira no período 1968/73.

Finalmente, cumpre salientar que foi propósito desta nota ater-se ao período assinalado, sem fazer incursões aos anos posteriores a 1973. Desde então, mudanças muito grandes podem ter ocorrido na estrutura dos custos de produção e, em consequência, alterado a estrutura de preços relativos. Seria o caso, por exemplo, das alterações de custo devidas à crise do petróleo, que podem ter modificado os preços relativos de forma desfavorável aos bens de consumo durável. Entretanto, esse é um problema que fica como indicação para estudos posteriores.

⁸ Wells, *op. cit.*

